

**ATA**

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, no Salão Paroquial de Ronfe, na Vila de Ronfe, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Francisca de Abreu Pedroso, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, o Orfeão de Ronfe iria oferecer uma atuação aos presentes. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu ao Orfeão a presença na sessão, felicitando-os pela qualidade e brilho da sua prestação. -----

De seguida, agradeceu aos munícipes presentes nesta reunião, que considerou ser demonstrativo do interesse que os cidadãos têm pela política local. Continuou, agradecendo, especialmente, ao Senhor Padre João, Pároco de Ronfe, por também estar aqui presente e por ter disponibilizado as instalações do Salão Paroquial para realização desta reunião. Agradeceu, ainda, ao representante do Pároco de Airão Santa Maria e Airão S. João, ao Senhor Padre José Ribeiro de Castro, Pároco de Vermil, ao Diretor do Agrupamento de Escolas Abel Salazar, ao Presidente da Associação de Pais e Agrupamento de Escolas Abel Salazar, ao

Chefe do Agrupamento de Escuteiros de Ronfe, à Casa do Povo de Ronfe, ao Presidente do Centro Cultural e Desportivo de Ronfe, ao Presidente da Assembleia do Centro de Cultura e Desporto de Ronfe, à Associação de Agricultores de Ronfe, à Presidente e Tesoureiro da Junta de Brito, Presidente da Junta e ao Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Airão Santa Maria, Asirão S. João e Vermil, Presidente da Direção da Associação Cultural e Recreativa do Projeto "Ronfe há 50 anos", grupo de alunos da Escola EB 2,3 de Ronfe. Agradeceu, também, a presença do Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Armindo Costa e Silva. Agradeceu a disponibilidade para este projeto de descentralização das reuniões do executivo aos Senhores Vereadores e à equipa técnica da Câmara Municipal. Agradeceu especialmente à Sr.ª Presidente da Junta da Freguesia de Ronfe, Dra. Maria Adelaide Andrade da Silva, a quem concedeu a palavra. -----

A Presidente da Junta de Ronfe tomou a palavra lendo, em voz alta, um documento cujo teor se transcreve: *"(...) Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos nesta primeira Reunião de Câmara descentralizada. Quero também congratular a adesão da população que, nesta primeira iniciativa, está aqui presente em elevado número, tendo em conta o horário laboral a que se realizam as reuniões do Executivo. Pode ser um sinal de curiosidade, mas é seguramente o cumprir de um dever e direito cívico, que é a participação das nossas pessoas naquelas que são as decisões do poder local. Não posso deixar de felicitar o Dr. Domingos Bragança pela implementação desta iniciativa que tem, no meu entender, primordial importância pela descentralização destas reuniões e a aproximação entre o poder local e a população, permitindo um maior conhecimento das freguesias e da*



sua realidade. Aplaudir por cumprir mais uma promessa eleitoral, que fez nesta mesma sala, dando sinais à população de credibilidade na execução daquilo que prometeu em campanha eleitoral e assumiu com cada presidente de Junta aqui presente. Que esta iniciativa dê frutos de uma maior proximidade entre as partes envolvidas (executivo, associações locais e população) num criar relações de proximidade e responsabilidade, no sentido de um aumento da qualidade de vida de todos os vimaranenses. Resta-me agradecer, mais uma vez a presença de todos, e desejar votos de um bom trabalho, por forma a responder aos anseios e expectativas de todos. " -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 - Vereador André Coelho Lima – Disse ter aderido, com satisfação, a esta iniciativa de descentralização das reuniões de Câmara, elogiando-a e felicitando o Presidente da Câmara pela sua realização, para além de registar o cumprimento de uma promessa eleitoral. Cumprimentou a Presidente da Junta da Freguesia de Ronfe, o Senhor Padre João e todas as instituições de Ronfe, bem como os demais Presidentes de Junta e os representantes das instituições presentes nesta reunião. Cumprimentou, finalmente, e felicitou também, os membros do Orfeão de Ronfe. Disse que Ronfe é uma Vila que conhece bem, onde vem muitas vezes, disse conhecer os seus problemas, que considerou importante resolver, como a iluminação pública, a água e o saneamento e a pavimentação de algumas vias. Contudo, entendeu destacar três grandes preocupações – também debatidas em campanha eleitoral - que, no seu entender, devem merecer especial atenção e serem agora trazidas a debate, e que são as seguintes - O Rio Ave que percorre esta freguesia com um leito avantajado, considerando importante a discutir a

possibilidade de requalificação das suas margens e a criação de algumas zonas de lazer; 2 – O Centro Cívico é também um aspeto importante a considerar, já que dispõe dois centros cívicos – o local onde se situa o Centro Social onde se realiza esta reunião, junto à Igreja, e o local onde se foram construindo equipamentos sociais como a EB 2,3, a Casa do Povo, a sede da Junta de Freguesia e algum comércio - defendendo que deve ser prevista a possibilidade de se criar um projeto urbanístico que articule estas duas centralidades de Ronfe; 3 – A importância geoestratégica de Ronfe, referindo, que este é um dos locais do Concelho (sobretudo nas freguesias adjacentes a Ronfe) onde se verifica perda da população para Famalicão (referindo, em especial, a Vila de Joane). Era importante discutir esta posição estratégica no sentido de fixar a população de Ronfe e da sua zona circundante. -----

2 - Vereador José Torcato Ribeiro – Começou por cumprimentar as entidades civis e religiosas presentes na reunião e o público em geral. Disse, depois, que, pelo número de pessoas que aqui se encontravam, concluía que os cidadãos querem participar na política, com preocupações pelo seu futuro. Louvou esta iniciativa, não só por se tratar de uma promessa eleitoral, mas também pela procura, com proximidade, de resolver os problemas das populações. De seguida leu, em voz alta, um documento sobre a Vila de Ronfe, cujo teor se transcreve: “1- *Começava por perguntar por que razão o novo edifício do Centro Social Paroquial de Ronfe, importante infraestrutura acabada de construir no Verão passado, ainda não abriu as suas portas para em pleno e sem constrangimentos desenvolver a função para o qual foi construído: acolher uma creche, um jardim-de-infância, um ATL e um Lar para Idosos. Não se percebe como é que um equipamento desta natureza e desta dimensão, com boas*



condições, situado numa área envolvente de evidente qualidade urbanística, se encontra numa situação ainda indefinida e sem data marcada de abertura. De registar que, e pese embora todas as adversidades do atual momento que atravessamos, a falta de emprego que amplia dificuldades financeiras a cada vez mais famílias que, e como se não bastasse, ainda têm que suportar mais impostos, cortes nos salários e pensões e aumento da despesa com a saúde e o ensino, a comunidade de Ronfe tem vindo ao longo dos últimos tempos, num esforço louvável, a trabalhar afincadamente para angariar os fundos necessários para cofinanciar esta obra. Ouve-se que há algumas dificuldades financeiras por resolver, mas, e se assim é, para a sua solução não devemos esperar apenas pelo esforço dos habitantes de Ronfe, sabendo que esta obra, pela sua capacidade e dimensão, ultrapassa, e muito, as fronteiras desta freguesia. Apela-se para que em conjunto, a Câmara de Guimarães a Junta de Freguesia e a Paróquia de Ronfe, se encontrem e definam uma estratégia comum no sentido de, perante as entidades competentes nesta área social, nomeadamente a Segurança Social, se acelerem os procedimentos, se ultrapassem todos os impedimentos, sejam eles quais forem, e se viabilize este equipamento que tanta falta faz a esta comunidade. 2- Torna-se urgente um olhar diferente sobre a quase ruína duma habitação semi abandonada, encostada ao edifício da fábrica JOSIM, que ladeia a igreja e que para além do aspecto visual ser pouco agradável, a sua implantação tolhe e dificulta a circulação. Pensamos que deverá ser elaborado um projeto de requalificação desta zona nobre de Ronfe que lhe dê uma outra dimensão, tendo em conta que se trata de um acesso privilegiado e nobre naquilo que se define como o Centro Cívico de Ronfe. Acrescentar também que a fábrica JOSIM representa para

nós, do ponto de vista arquitectónico, um exemplar muito pouco comum no nosso concelho. Trata-se de um edifício fabril com linguagem modernista das décadas de 30/40, e que deve ser sinalizado para salvaguarda e preservação da sua identidade, quando uma nova utilização se proporcionar. 3-Dizer sobre o Desportivo de Ronfe que estamos a falar de uma organização que é responsável pelo desenvolvimento desportivo, físico e intelectual de mais de trezentos jovens e crianças, que todos os dias procuram no Desportivo o apoio e o carinho para desenvolver uma atividade que gostam e que é importante para o seu desenvolvimento a todos os níveis. Ficamos a saber das suas necessidades, e por isso propomos: Que a Câmara Municipal proceda à pavimentação da via de acesso aos vestiários, conforme foi prometido fazer-se no verão passado e posteriormente convertida em promessa eleitoral; Que sejam concluídas as obras do muro de suporte construído no recreio da escola de Gemunde, com a arrumação das pedras e terra que sobraram e que estão situadas no interior do parque desportivo. Substituir a rede de "malhasol" e colocar as grades de proteção e segurança á escola que ficaram encostadas ao muro exterior. Depois de desobstruído, impõe-se a sua pavimentação trazendo mais dignidade, funcionalidade e segurança a este acesso ao terreno do jogo, quer em caso de emergência ou outros. Que a partir da escola da Ermida, salvo melhor opção, seja colocado á disposição do Desportivo de Ronfe um espaço adequado para a formação teórica e técnica dos seus jogadores e das crianças em formação, onde possam aprender as leis de jogo, normas e regulamentos, ética e demais formação desportiva. É possível articular esta atividade com o Núcleo de Árbitros do Ave, que já colabora com o desportivo nesta vertente. 4 - Ronfe teve ao longo de muitos anos



uma praia fluvial, a denominada Praia da Ínsua, que era no Verão a delícia de centenas dos seus habitantes bem como das freguesias vizinhas. O acesso era possível quer pela margem esquerda quer pela margem direita, a jusante ou a montante do rio. Hoje, parte desse acesso ao rio está vedado, pensamos que ilegalmente, por privados, que colocaram cercas de arame até junto da água, impedindo a circulação ao longo das margens, nomeadamente entre a rua de Oleiros e a Cerquinha. Existem também caminhos de acesso ao rio obstruídos por vegetação daninha e ainda outros ocupados por privados. Somos de opinião que a Câmara Municipal devia apresentar, através de Candidatura a Fundos Comunitários, um projeto de requalificação das margens e da Praia Fluvial da Ínsua e respectivos acessos, bem como, em colaboração com os proprietários, criar as condições de acesso à Central Eléctrica dos Infernos e aos ex-poços de abastecimento de água a S. Jorge de Selho, instalando um centro interpretativo, promovendo a organização regular de visitas escolares e de estudo a esse espaço. É urgente devolver o acesso às margens do rio Ave às pessoas, permitindo-lhes a livre circulação. É necessário repor a legalidade. 5-A Travessa do Souto fazia a ligação à estrada nacional com saída na Rua da Poça. Foi usada durante décadas também como acesso ao Tanque da Laje que era um lavadouro público e a quem trabalhava na SOMELOS e TMG e mais recentemente à Pizarro. Nos últimos anos, a autorização de construção de habitações neste local, sem a devida salvaguarda do que é público ou privado, proporcionou a anulação da função que o caminho e o tanque até aqui desempenhavam. Mais recentemente um particular decidiu emparedar este caminho público, anulando fisicamente e por completo qualquer passagem. Estamos a falar de um caminho público devidamente pavimentado

em cubo de granito. Foi feita alguma diligência pela junta ou câmara municipal para repor a legalidade e acabar com este ato abusivo de apropriação indevida de propriedade pública? Do que é que se está à espera para derrubar a dita barreira? E já agora que estamos a falar de tanques, como é que foi possível vedar o acesso ao tanque público da Rua da Várzea? Quem autorizou e com que argumento legal? 6 - Na rua da Sobreira existia um fontenário público que foi anulado após obras na berma da estrada. Hoje está lá um buraco no passeio com a água a jorrar para a estrada, prova mais que evidente que não foi bem resolvido o reencaminhamento desta água ao anularem, mal, o fontanário. Esta água poderia ser utilizada num fontenário a construir junto ao monumento do Caminhante que fica ligeiramente mais abaixo. 7 - Também na rua da Ermida, está a ser construído um loteamento que merece um olhar mais atento dos serviços técnicos da câmara no que diz respeito à largura das vias de acesso e circulação. Aquilo que podia e devia ser uma avenida, está a dar em duas ruas estreitas e numa dor de cabeça a quem lá mora ou tem de por lá passar. Então em dias de jogo do desportivo de Ronfe tudo é mais difícil. Consideramos também que é necessária uma intervenção de melhoramento no Parque Infantil do Covelo principalmente na sua área envolvente. 8- No início da rua do Cruzeiro, construíram em tempo de muita chuva, um passeio para as pessoas, andando atarefados na semana antes das eleições a fazer os preparos, colocar as bermas o cimento e o alcatrão em cima de lama e terras removidas. Tiraram a fotografia e (em campanha) pode-se ler "Obra da junta PSD"- . Com o tempo, e após as eleições a terra compactou e cedeu, provocando brechas no pavimento. O muro de suporte junto ao ribeiro, que protegia a via desmoronou. Lá diz o povo que depressa e bem, não há quem.



Quando as práticas não são as melhores adivinham-se os maus resultados. O caricato desta história é que após a derrocada a obra passou a ser sinalizada, ao contrário do período da campanha eleitoral, como sendo da responsabilidade da Câmara... Hoje é preciso nova intervenção e mais dinheiro, para fazer o mesmo com o rigor necessário. Será por estas e por outras que se diz que andamos a gastar acima das nossas possibilidades? Em Ronfe, as placas da câmara que anunciam as coimas ainda estão em escudos, quererá isto significar que Ronfe parou no tempo? " -----

3 – Presidente da Câmara – Explicou que, excecionalmente, considerando esta reunião descentralizada, este período de antes da ordem do dia seria hoje mais longo do que o habitual (que é de 3 minutos). Assim, e sobre as intervenções de ambos os Vereadores disse que têm a sua concordância e merecem toda a atenção. Disse estar de acordo que a Câmara, através dos seus serviços de planeamento, delineie o desenvolvimento desta localidade, considerando a articulação entre as duas cidades centralidades. Explicou a importância da requalificação da zona ribeirinha de todo o concelho de Guimarães - e não só a desta localidade - de modo a devolver a fruição do rio a toda a população, referindo que este era um dos trabalhos que a Câmara Municipal pretende concretizar, para o que teria de ser apresentada uma candidatura abrangente. Sobre as questões suscitadas no que respeita à posição geoestratégica de Ronfe, começou por dizer que das grandes qualidades desta localidade é a dinâmica excecional da sua população, sendo prova disso as instituições locais existentes. Deu, como exemplo, o Centro Social, em que uma parte significativa da verba para a sua construção foi angariada junto da população. Disse que a Câmara Municipal, dentro das suas competências, estava disponível para

comparticipar as obras do Centro Social de Ronfe, mas não o seu funcionamento, pois essa não é uma competência municipal, cabendo ao Governo, através dos acordos com a segurança social, as competências em matéria de participação no funcionamento. Finalmente, disse que a Câmara estaria, igualmente, disponível para apoiar o Desportivo de Ronfe, com quem já se comprometeu – e espera o consenso da Câmara nesta matéria – com vista a participar as obras de pavimentação do acesso aos balneários e outras obras de pormenor. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de dezembro, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2 – Do ofício da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo informação sobre a situação económica e financeira da empresa municipal CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM, relativa ao primeiro semestre de 2013, nos termos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 21 de agosto, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE RONFE –

ADJUDICAÇÃO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, que se anexa, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “N.V.E. – Engenharias, SA”, pelo preço de 2.105.207,20€ + IVA, sendo o prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. **Antes da discussão da proposta, o Presidente da Câmara solicitou ao Arquiteto António Pinto para que fizesse uma apresentação do projeto, na qualidade de autor do mesmo.** O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO - PROGRAMA FINICIA - FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONCELHO DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta do Vereador Ricardo Costa: “Visando o robustecimento do tecido empresarial do concelho de Guimarães, a estimulação do investimento das suas Micro e Pequenas Empresas, bem como o melhoramento dos produtos e serviços prestados na modernização das instalações e equipamentos, ou para as modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares, é por esta via proposta a institucionalização de um FUNDO ao abrigo do PROGRAMA FINICIA - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no concelho de Guimarães. Este FUNDO traduz-se num produto de crédito destinado a apoiar projetos de investimento desenvolvidos por micro e pequenas empresas do concelho de Guimarães, seguindo o modelo do FINICIA, programa que visa promover o alargamento da base de acesso a capital e ao crédito, proporcionando às

empresas de pequena dimensão recursos essenciais ao desenvolvimento das suas atividades, através de condições de financiamento preferenciais. Promovido pela Câmara Municipal de Guimarães o Protocolo financeiro e de cooperação que se pretende celebrar ao abrigo deste Programa FINICIA disponibilizará um FUNDO de valor inicial de 500.000,00€ para o qual o Município contribuirá com 100.000,00€ (podendo este valor ser aumentado em função dos objetivos e resultados obtidos) e uma instituição bancária contribuirá com 400.000,00€, valor que poderá, igualmente, ser aumentado em função dos objetivos e resultados obtidos e, naturalmente, mediante reforço proporcional por parte do Município. O FUNDO aplica-se à área geográfica do concelho de Guimarães e a projetos de investimento nos sectores da Indústria, Comércio, Turismo, Construção, Serviços e outros sectores de atividade, sendo destinatários do FUNDO, as Micro e Pequenas Empresas do concelho, de acordo com a Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE, de 06.05.2003. São apoiáveis através do FUNDO, projetos que contribuam para o crescimento e desenvolvimento da atividade empresarial do concelho, de forma sustentada, reforçando a competitividade e/ou diferenciação empresarial no concelho, dele se excluindo porém, os projetos de investimento que visem a aquisição de partes sociais de empresas, bem como os integrados em operações de reestruturação financeira, nomeadamente as que envolvam a consolidação de créditos ou o reembolso de operações anteriores. O montante máximo de financiamento, por operação, será o seguinte: - para investimentos a realizar por empresas constituídas há mais de 3 anos, até 100% do investimento, será no montante máximo de 45.000,00€; - para investimentos a realizar por empresas constituídas com menos de 3 anos, até 85% do investimento, será



no montante máximo de 45.000,00€; Os montantes de financiamento a conceder pelo FUNDO corresponderão em 20% a Subsídio Reembolsável concedido pelo Município e em 80% a Crédito a conceder pela instituição bancária. Outras características financeiras do FUNDO: - prazo de reembolso alargado, de 3 a 6 anos, com até um ano de carência; - a taxa de juro preferencial é a correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um "spread" negociável, com a Instituição financeira, aquando da assinatura do referido protocolo; - o financiamento da instituição bancária será garantido pela NORGARANTE, no valor de 75% do capital mutuado pelo banco, com uma comissão de garantia. Além da instituição bancária e da NORGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, SA, integram também esta parceria o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP e a ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, SA. A gestão do FUNDO será efetuada conjuntamente por todas as entidades, dentro das respetivas competências, sendo a coordenação das tarefas inerentes a essa gestão atribuída à ADRAVE, a qual elaborará no final de cada ano civil um relatório de execução. A cobertura das despesas a incorrer pela ADRAVE nas suas funções será efetuada pelo Município, que para tal compensará a ADRAVE, anualmente, pelo serviço prestado em 1,5% do valor do FUNDO, sendo o pagamento efetuado por duodécimos. O valor desta compensação poderá ser ajustado tendo em conta a evolução do próprio FUNDO. Com vista à criação deste FUNDO, e no âmbito do Programa FINICIA, promovido pelo IAPMEI, que contempla um conjunto de instrumentos de capital e dívida, configuradas para, de forma individualizada ou combinada, corresponderem às necessidades de financiamento de iniciativas empresariais, serão consultadas instituições de crédito com filiais

no concelho de Guimarães, para que apresentem as suas condições, no âmbito do referido programa. Será, depois, analisada cada uma das propostas apresentadas e escolhida a que apresentar as melhores condições, para se estabelecer uma parceria. Este programa será, também, objeto de isenções/reduções de impostos e taxas municipais, propondo-se deste modo a aplicabilidade do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – FINICIA, nos termos da minuta em anexo, às entidades beneficiárias pelo presente PROGRAMA, tal como acontece já com outros projetos abrangidos pelo Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal, aprovado pela Câmara Municipal por deliberação de 12 de dezembro de 2013 e sancionado pela Assembleia Municipal em sessão de 30 de dezembro de 2013. Assim, considerando o supra exposto, e porque o FUNDO que se pretende criar ao abrigo do Programa FINICIA, se revela fator potenciador de meios para o desenvolvimento do tecido empresarial do concelho, propõe-se que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas k) e r), do nº 1, do art.º 33, g) do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes pontos: 1. Criação de um FUNDO de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do concelho, com um valor inicial de 500.000,00€; 2. Aprovação do Protocolo Financeiro e de Cooperação, e respetivos anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães, o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP, a ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, SA, a NORGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, SA e um a instituição bancária a escolher após consulta. 3. Conceder plenos poderes ao Presidente da Câmara para a outorga do Protocolo Financeiro e de



Cooperação, e respetivos anexos, que se juntam em anexo à presente proposta como **Doc. 1.** 4. Autorização da abertura de procedimento tendo em vista a contratação da instituição de crédito. 5. Aprovação do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal - FINICIA aplicável às entidades beneficiárias do PROGRAMA FINICIA, conforme minuta que se anexa (**Doc.2**).” Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O CENTRO HOSPITALAR DO

ALTO AVE – Presente a seguinte proposta: “Com o objetivo de reforçar os serviços a prestar às populações e a manutenção do bem-estar e das condições e qualidade de vida dos munícipes residentes em Guimarães, considera-se de todo o interesse a existência de uma colaboração recíproca entre o Município de Guimarães e o Centro Hospitalar do Alto Ave, no sentido de se promover uma partilha de meios e recursos ao dispor das duas instituições. Neste contexto, a Câmara Municipal disponibilizará meios humanos e equipamentos e trabalhará na apresentação de candidaturas de projetos comuns a financiamento externo que sirvam os objetivos acima definidos, cabendo ao Centro Hospitalar do Alto Ave diligenciar um conjunto de iniciativas de interesse municipal, designadamente no domínio da promoção de campanhas de prevenção, da formação de trabalhadores, da divulgação de eventos municipais, entre outros. Assim, nos termos da alínea r) do nº 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação de um protocolo de colaboração, nas condições constantes da minuta em anexo.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada

em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE DEZEMBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

– Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de dezembro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - VEIGA DE CREIXOMIL –

Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Ações de conservação da natureza a realizar na veiga de Creixomil e inseridas no âmbito da candidatura QREN para a Veiga de Creixomil/Ribeira de Couros. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência, constituindo um trabalho de investigação específico. Em função da especificidade do trabalho a realizar, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei



n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de serviços referente coordenação científica das ações a realizar tendentes à instalação e abertura do equipamento, considerando os seguintes elementos: a) As ações em causa reportam-se a ações específicas de estudo e investigação da realidade natural existente na Veiga de Creixomil, encerrando um caráter de investigação passível de produção de resultados que informe ações práticas de intervenção nessa mesma realidade e / ou ação expositiva e pedagógica a desenvolver (laboratório da paisagem). Ou seja, ações que visam desenvolver um processo de aquisição e aprofundamento de conhecimento para posterior aplicação prática (como exemplos de atuação) ou partilha com a comunidade. b) A despesa anual estima-se em € 75.000,00 exclusive (*setenta e cinco mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto com convite a uma entidade nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) Porque o presente trabalho encerra uma componente de investigação muito acentuada e carece de experiência e reunião de meios específicos para a sua realização, afigura-se a Universidade do Minho (no seu Departamento de Biologia) a entidade mais ajustada à realização do trabalho em causa. Assim, julga-se que a entidade a convidar deverá ser a Universidade do Minho. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem

viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO DE ESPECIALIDADES REFERENTE À 1.ª FASE DA INTERVENÇÃO A REALIZAR NA ZONA DAS HORTAS - ÁREA ENVOLVENTE À RIBEIRA DE COUROS

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** Realização dos projetos de especialidades referente à primeira fase da intervenção a concretizar na zona das Hortas, área central da cidade de Guimarães. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em coordenação de projetos e conhecimento / saber em áreas como engenharia biofísica, engenharia hidráulica, engenharia civil entre outras que correspondem às matérias e projetos de especialidades que a intervenção perspectivada coloca. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação serviços referente à coordenação científica das ações a realizar tendentes à



instalação e abertura do equipamento, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização dos projetos de especialidades referentes à primeira fase da intervenção a concretizar na zona das Hortas, área central da cidade de Guimarães. Encontrando-se perspetivada a requalificação global da área urbana correntemente denominada "zona das Hortas", e implicando esta uma área de intervenção muito vasta e de características muito diversas, identificou-se como específica, prioritária e catalisadora de toda a restante intervenção, uma primeira fase de obra extensível ao longo da ribeira de Couros, visando não só contribuir para a regularização do caudal da mesma ribeira de Couros, potenciar a criação de uma realidade física de retenção de água e tratar as margens da mesma ribeira no sentido da sua utilização pública. Através do alargamento e alteração dos declives das margens da ribeira de Couros (no troço inerente à zona das Hortas), projeta-se uma intervenção complementar e integradora de todo o processo de regularização e revitalização de uma linha de água de valor ambiental e patrimonial significativo para a cidade. b) A despesa anual estima-se em €35.000,00 (*trinta e cinco mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 4.2.23 (requalificação do parque das Hortas e área envolvente), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto com convite a, pelo menos, três entidades nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Finalmente, informa-se que (caso aplicável) será fixada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO/REVISÃO DE CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS –

Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Obras Municipais: “**1. Considerandos:** Na sequência da reestruturação interna dos serviços do Município de Guimarães que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, a Divisão de Estudos e Projetos passou a integrar o Departamento de Obras Municipais; Pretende-se com esta integração uma maior e mais fácil articulação e interação entre os serviços, agilizando o processo desde a fase da elaboração do projeto até à sua execução no âmbito da empreitada, de forma a evitar a existência de erros e omissões nas empreitadas e haver um maior grau de responsabilização no âmbito da elaboração e subscrição dos projetos, implementando ainda o processo de revisão dos mesmos. O processo de revisão dos projetos que, preferencialmente, deverá decorrer em simultâneo com o trabalho dos projetistas, consiste numa análise crítica do projeto e emissão dos respetivos pareceres, realizada por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do mesmo, visando incrementar e contribuir para a melhoria da qualidade dos projetos de obras públicas, a sua coerência e pormenorização das soluções, o rigor das suas especificações e ainda a rigorosa quantificação e definição dos trabalhos envolvidos, de modo a evitar que as empreitadas apresentem desvios significativos de preços e prazos relacionados com deficiências ou omissões de projeto, com natural prejuízo do Dono de Obra a todos os níveis



(qualidade, custos globais e prazos de execução). Frequentemente é ainda necessário recorrer a projetos de alterações, de modo a corrigirem-se deficiências no projeto inicial ou a garantir a compatibilidade entre as soluções preconizadas ao nível das diferentes especialidades. Assim, pretendendo-se que a responsabilidade associada à existência de deficiências de projeto seja assumida pelo respetivo autor, em vez de transferi-la para o Dono da Obra ou para o Empreiteiro, verifica-se ser necessário e urgente elaborar um modelo de caderno de encargos e programa de procedimento adequados a esta salvaguarda, sendo igualmente necessário assegurar a emissão de pareceres jurídicos específicos, de forma a esclarecer, pontualmente, situações concretas que poderão surgir nesta fase inicial de implementação deste processo; De acordo com a informação da Divisão de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito, com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; A Câmara Municipal já celebrou, anteriormente, um contrato de prestação de serviços com o Prof. Doutor António Miguel Ferro Catela Teixeira, para assessoria jurídica na área da contratação pública, uma vez que se trata de um técnico especialista com formação específica e experiência comprovada nas matérias jurídicas em apreço; Conhecendo já o trabalho deste técnico especialista nestas matérias e a reconhecida capacidade de prontidão na resposta às questões que lhe são colocadas, entendemos que os serviços que agora se pretende contratar poderão ser cabalmente assegurados através de uma aquisição de serviços a contratar com o referido jurista. Após consulta, o

prestador de serviços manifestou disponibilidade em prestar o serviço pelo valor total de 27.000,00€ (vinte e sete mil euros), mais IVA, sobre o qual recairá a redução remuneratória de 12%, no valor de 3.240,00€, prevista no artº 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014). **2. Proposta:** Submete-se, assim, à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11, do art.º 73.º, da LOE 2014, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a elaboração/revisão de caderno de encargos e programa de procedimento e emissão de pareceres jurídicos específicos no âmbito dos procedimentos concursais da Divisão de Estudos e Projetos, durante o ano de 2014; b) A despesa estima-se em 27.000,00€, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor; c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento nº 272/2014 da Divisão de Contabilidade, em anexo; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, de acordo com a alínea e), do nº 1, do art.º 24º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos – contratando-se o Prof. Doutor António Miguel Ferro Catela Teixeira, atendendo ao facto de se tratar de técnico especialista com formação específica e experiência comprovada nas matérias jurídicas em apreço; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória de 12%, prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, considerando que a proposta de honorário apresenta um valor de



27.000,00€. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Helena Soeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CANDIDATURA DA ZONA DE COUROS A PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

– Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivo, em regime de substituição: “**1. Realização de estudo com o seguinte objeto:** a) a cidade em que se insere o lugar a classificar; b) a área de estudo, bacia hidrográfica da ribeira da costa e do rio de couros; c) a filosofia subjacente à proposta de trabalho; d) a metodologia proposta; e) as tarefas que estão implícitas ao projeto geral. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência, constituindo um trabalho de investigação específico. Em função da especificidade do trabalho a realizar, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de serviços referente coordenação científica das ações a realizar tendentes à realização do estudo, considerando os seguintes elementos: a) Tomando como campo

de trabalho a área determinada pelas cumeeiras, (desenhadas em carta junta), deverão ser identificados todos os elementos que sejam susceptíveis de valorização deste território (designamos por território, para não iniciarmos já a discussão necessária mais adiante sobre, lugar citadino, urbano, rural, etc.). b) A despesa total cifra-se em €6.200,00 (seis mil e duzentos euros), a liquidar de acordo com o seguinte calendário: c) 50% no ato da adjudicação; d) 50% após entrega do estudo; e) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 4.3.09, correspondente ao ano 2014. f) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto com convite a uma entidade nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. g) Porque o presente trabalho encerra uma componente de investigação muito acentuada e carece de experiência e reunião de meios específicos para a sua realização, afigura-se que Jorge Bernardes Solis, Professor Catedrático da Universidade de Sevilha e especialista do ICOMOS é a personalidade mais adequada à realização do trabalho em causa, pelo que deverá ser convidado para a realização do estudo. h) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. i) Finalmente informa-se que não será aplicada a redução remuneratória uma vez que a presente aquisição de serviços não reúne as condições dispostas no n.º 1 do art.73.º da Lei n.º 83-C/2013, 31 de dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE



PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL – RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – Presente a seguinte proposta:

“1. Objecto: Renovação da prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. **2. Considerandos:** **a)** A Câmara Municipal de Guimarães celebrou, em 20 de janeiro de 2012, um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da atividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: i) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; ii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública (empreitadas e aquisição de bens e serviços); iii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado. Entretanto, aproximando-se o final do primeiro ano do contrato, e prevendo este a possibilidade da sua renovação por iguais períodos, é agora necessário renovar este contrato por mais um ano. **b)** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, nas diversas áreas do Direito a que acima se fez referência. **c)** Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. **d)** Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo

possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a renovação daquele contrato de prestação de serviços por mais um ano, considerando os seguintes elementos: **a)** O objecto do contrato é a contratação de uma prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito, pelo montante anual de 44.400,00€, a que corresponde um valor mensal de avença de 3.700,00€, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. **b)** A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214 – aquisição de serviços, conforme proposta de cabimento n.º 282 de 2014. **c)** Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. **d)** Finalmente, informa-se que, nos termos do n.º 8 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33.º dessa mesma Lei, porquanto este contrato já sofreu essa redução remuneratória no ano passado, aquando da sua celebração.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS) – Presente a seguinte informação da



Diretora do Departamento Financeiro: "**1 – Objeto:** limitação do perímetro relevante de entidades que concorrem para o **endividamento líquido** do Município a 31 de dezembro de 2013 (nos termos do art.º 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e 41.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) e a 1 de janeiro de 2014 (nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e 41.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), e delimitação do perímetro de **consolidação de contas** para efeitos da aplicação do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

2. Considerandos: Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar, requer conhecimento e formação especializados e experiência, constituindo um trabalho de investigação específico no âmbito do regime financeiro das autarquias locais; Que o Dr. Pedro Mota e Costa, cujo curriculum se anexa, é um técnico especialista com formação específica e experiência comprovada nas matérias em apreço, nomeadamente: Consultor do Tribunal de Contas no âmbito da auditoria orientada à consolidação de contas; Consultor, assessor e formador de entidades do Setor Público Administrativo (SPA), com especial enfoque nas autarquias locais: Tem como principais atividades e responsabilidades: Assessoria nos seguintes domínios: organização dos serviços municipais, finanças locais e contabilidade autárquica, saneamento e reequilíbrio financeiro, regime geral das taxas das autarquias locais, nomeadamente revisão e otimização de tabelas de taxas e preços municipais (incluindo fundamentação económica e financeira), revisão de regulamentos para adaptação à medida Licenciamento Zero, desenho e implementação de sistemas de gestão da qualidade, sistemas de controlo interno, sistemas de contabilidade analítica e controlo de gestão, assessoria à implementação da Lei dos

Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), outros domínios no âmbito da gestão autárquica e finanças locais; E que, em função da especificidade do trabalho a realizar, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. **3. Proposta** - Submete-se à consideração superior a contratação de serviços que ao abrigo dos nºs 4 e 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), deverá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal, considerando os seguintes elementos: a) Estima-se este contrato em €2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal. b) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano 2014. c) A duração do contrato é de 5 dias; d) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º e nº 1 do artigo 128º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos cônjuges, algum parente, ou afim em linha reta ao até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Não se aplica a redução remuneratória, prevista no artigo 33º e nº1 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. À consideração do superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ADJUDICAÇÃO - Presente o Relatório Final, em anexo, que propõe a adjudicação da aquisição de serviços em epígrafe ao concorrente “Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e



Integração Social, CIPRL”, pelo preço contratual de 487.000,00€, acrescido de IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS, SOCIOCULTURAIS E DE FORMAÇÃO, DE INTERESSE PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ADJUDICAÇÃO

- Presente o Relatório Final, em anexo, que propõe a adjudicação da aquisição de serviços em epígrafe à concorrente “A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL”, pelo preço contratual de 2.439.000,00€, acrescido de IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECE COM A COOPERATIVA A OFICINA, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS U) E EE) DO N.º 1 DO ART.º 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

- Presente a seguinte proposta: “Em 14 de novembro de 2013 a Câmara Municipal deliberou abrir um procedimento concursal com vista a adjudicar a aquisição de serviços, pelo período de um ano, de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de

Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. Tendo em vista que o contrato que vier a resultar de tal procedimento carecerá de visto do Tribunal de Contas para que possa produzir efeitos, torna-se necessário adotar medidas temporárias que assegurem, para o período anterior aos efeitos decorrentes do concurso e do visto, a continuidade de funcionamento dos referidos equipamentos municipais e legitimem os diversos atos de gestão corrente inerentes. Em face da inviabilidade de internalizar os serviços indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos em causa, por manifesta inexistência, no quadro de pessoal da Autarquia, dos recursos humanos necessários ou da possibilidade de proceder ao respetivo recrutamento, procura-se assim evitar o eventual encerramento dos serviços, ainda que temporário, cenário que constituiria um gravíssimo prejuízo do interesse público uma vez que implicaria a suspensão do serviço público disponibilizado naqueles equipamentos e, desde logo, de uma parte substancial da oferta cultural no Município de Guimarães e da sua capacidade para acolher eventos institucionais, considerados fundamentais para a afirmação de Guimarães e para a sua sustentabilidade económica. De facto, resulta inequívoco que a Câmara Municipal não tem quaisquer condições técnicas, logísticas ou em termos de recursos humanos, para se substituir a quem quer que seja na gestão e programação daqueles equipamentos, pelo que, a não ser assegurada uma forma, ainda que temporária, de formalizar a legitimação da atividade da Oficina – que cessará com o início de funções da entidade a designar por força daquele concurso – por forma a manter o seu



funcionamento, não haveria outra hipótese que não o seu encerramento, tendo como principal consequência que os dois equipamentos centrais na estratégia de intervenção cultural do Município, cuja construção ascendeu a cerca de 30 milhões de euros cofinanciados por fundos europeus, ficariam sem qualquer função, logo, deixariam de ter condições para corresponder aos objetivos para que foram construídos. Acresce que se desbarataria todo o capital de experiência e notoriedade adquiridos e que, num ano decisivo para a consolidação e rentabilização do legado da Capital Europeia da Cultura, a cidade, o concelho e a região se veriam privados dos dois equipamentos mais relevantes para a continuidade e afirmação do projeto cultural que justificou em grande medida a atribuição a Guimarães do título de Capital Europeia da Cultura. De facto: - Todos os equipamentos que constituem o Centro Cultural Vila Flor e a Plataforma das Artes e da Criatividade seriam repentinamente privados dos mais elementares atos de gestão que asseguram o seu funcionamento, abertura ao público e manutenção, sem que o Município tenha condições para, nestas condições, se substituir à Cooperativa A Oficina nas obrigações que assume desde 2005; - Toda a programação cultural cometida à Cooperativa A Oficina ficaria suspensa, com prejuízos incomensuráveis para a vida cultural e da Cidade e para a sua projeção, colocando igualmente em causa a estabilidade das diversas entidades associativas do concelho que desenvolvem produções em parceria com a Cooperativa A Oficina, sem que, uma vez mais, o Município tenha condições para, nestas condições, se substituir àquela nestas obrigações; - Finalmente, uma eventual suspensão da execução das ações potenciadas pelo protocolo de colaboração em causa teria como consequência imediata a inviabilidade de concretização de uma parte

considerável da programação pós-Capital Europeia da Cultura 2012, o que colocaria em crise o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Município e pelo Governo Português junto da União Europeia. Nesta conformidade, considerando que a Cooperativa A Oficina vem gerindo os equipamentos culturais identificados desde 2005 e que é a entidade adjudicatária do Concurso Público nº 10/2013, proponho, nos termos das alíneas u) e ee) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de colaboração cuja minuta se anexa.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Bastos Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO - Presente um ofício da CASFIG – Entidade Empresarial Municipal remetendo, para aprovação do executivo camarário e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º 4 do art.º 6.º dos Estatutos, a nomeação de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA como Fiscal Único, pelo preço anual de €2.150,00, aprovada em reunião extraordinária do respetivo Conselho de Gestão realizada no passado dia 20 de dezembro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara e a Vereadora Paula Oliveira não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da empresa municipal.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG, EMPRESA MUNICIPAL



– CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CONSTANTES DOS ANEXOS 1 A, 1 B E 1C DO PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014 E PLANO PLURIANUAL 2014-2017 – Presente um ofício da empresa municipal CASFIG, remetendo, para aprovação do executivo camarário, o contrato de aquisição de serviços constante do Anexo 1B do Plano de Gestão Previsional para o Ano Económico de 2014 e Plano Plurianual 2014-2017, bem como, para aprovação do órgão deliberativo do Município, os contratos constantes dos Anexos 1A e 1C do mesmo instrumento previsional, aprovados pelo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária realizada no passado dia 20 de dezembro e pela Assembleia-Geral em 23 do mesmo mês de dezembro. Os referidos contratos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR. O Presidente da Câmara e a Vereadora Paula Oliveira não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da empresa. -----**

ENTIDADES PARTICIPADAS – AVEPARK, SA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com a legislação em vigor e dos respetivos Estatutos, torna-se necessário designar os representantes da Câmara Municipal de Guimarães para integrar o Conselho de Administração da Sociedade gestora do Polo do Ave do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, designada por AVEPARK, SA. Nestes termos e para aqueles efeitos, proponho: 1 – Que, nos termos do n.º 1 do art.55.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da

presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que sejam designados: 2.1 - O Vereador Amadeu Artur Matos Portilha; 2.2 – O Vereador Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O PONTO 1. DELIBERADO POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO APROVAR O PONTO 2**, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE AZURÉM – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Azurém, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” A planta de alteração de trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTEÇÃO CIVIL - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE VIATURA LIGEIRA DE COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS PARA CENTRO HISTÓRICO – Presente a seguinte proposta: “Conforme a Lei nº 27/2006 de 3 de Julho, referente à Lei de Bases da Proteção Civil, e a Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é dado aos Municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC). Hoje em dia, ao SMPC é reconhecido a sua importância e o seu primordial papel no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e à operacionalidade dos meios. Neste particular, os principais e primeiros agentes de salvação e socorro



da Proteção Civil são os Bombeiros. Com mais 130 anos de história em Portugal, a estes homens e mulheres, voluntários, é reconhecido publicamente o esforço, a entrega e a função que desempenham. As instituições sem fins lucrativos, que os acolhem e que coordenam os seus meios, não são diferentes de muitas outras que hoje passam grandes dificuldades, devido à crise que atravessamos e fundamentalmente devido à falta de apoio e programas de financiamento, que há muito escassa, em particular na área da Proteção Civil. Por outro lado, devido ao elevado número de ocorrências e à falta de meios, é cada vez maior o desgaste dos recursos existentes nas corporações de bombeiros, que à medida que os anos passam vão ficando obsoletos e com reparações cada vez mais onerosas. É por isso fundamental reintroduzir uma política de renovação de meios e recursos, que permita uma melhor prontidão e intervenção destes agentes. Prova disso, foi o facto de os Bombeiros terem empenhado todos os seus meios no combate aos incêndios florestais no último verão, do qual resultou inclusive a perda de uma viatura ligeira de combate a incêndios. Especificamente, o SMPC tem o papel de realizar o levantamento e identificar os riscos específicos de cada território e articula-los com os diversos agentes. Em Guimarães, como é sabido e consta no Plano Municipal de Emergência, o Centro Histórico, classificado como Património da Humanidade, é uma zona de risco elevado, nomeadamente a incêndios urbanos. Em articulação com os Bombeiros Voluntários de Guimarães, que têm também esta área sob a sua jurisdição, tem-se identificado e resolvido alguns dos problemas que permitam a sua pronta intervenção, em caso de acidente. Prova disso, são as constantes inspeções que são realizadas, a constante verificação dos hidrantes colocados estrategicamente e a realização de

simulacros, conforme a legislação referente a esta tipologia de risco. Tendo em conta todo este trabalho de prevenção, verifica-se a existência de uma lacuna, em termos de meios, na corporação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, referente ao combate aos incêndios urbanos em Centro Histórico. Esta lacuna, prende-se com a falta de uma viatura ligeira de combate, que permita a entrada e circulação em zonas intramuros do Centro Histórico, bem como a zona tampão e zona envolvente, na qual existe enorme dificuldade e até impossibilidade de aceder com viaturas pesadas de combate a incêndios. A Câmara Municipal de Guimarães no uso da sua capacidade e competência, sensível aos argumentos acima apresentados, pretende corresponder ao pedido realizado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, preenchendo a lacuna existente, propondo apoiar esta instituição na aquisição de uma viatura ligeira de combate a incêndios urbanos para Centro Histórico, vulgo VLCI, que ascende aos 68 mil euros, atribuindo, para o efeito, uma verba naquele valor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2013/2014 - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências na área da Educação, e nos termos da alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da ação social escolar aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2013/14 (deliberação de Câmara de 2013/11/14). Posteriormente àquela deliberação, o Agrupamento de Escolas das Taipas remeteu 6 novos pedidos de atribuição de apoios. Assim, e



considerando que: a) as diretrizes no Ministério de Educação vão no sentido de que em qualquer altura do ano letivo possam ser revistos ou aceites novos processos, face aos comprovativos de alteração da situação socioeconómica do agregado familiar; b) em resultado da aplicação dessas diretrizes, a verba atribuída àquele Agrupamento de Escolas deverá ser reforçada, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara de 2013/11/14 e que seja dado despacho de autorização de cabimento e de compromisso para a transferência para o Agrupamento de Escolas das Taipas de uma verba no valor de €184,40, no âmbito da ação social escolar (Rubrica: 2.1.2.6001), para comparticipação de livros e material escolar de 3 alunos abrangidos pelo escalão A e 3 pelo B, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - DEZEMBRO 2013 – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: "A Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberações 7 de março de 2013 e 5 de setembro de 2013. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa

ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – COMISSÃO DE MORADORES DA ZONA URBANA DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS – Presente a seguinte proposta: “A Comissão de Moradores da Zona Urbana de Guimarães, após ter conhecimento que a petição assinada pelos moradores e habitantes da cidade de Guimarães relativa à revisão do regime de renda apoiada e suspensão da atualização das rendas, entregue na Assembleia da República em 22 de Maio de 2013 vai a votação no próximo dia 24 de Janeiro, solicita à Câmara Municipal a cedência de dois autocarros para deslocar a Lisboa pessoas residentes nos bairros sociais da N. Senhora da Conceição, Feijoeira, Atouguia, S. Gonçalo e Gondar, considerando os poucos meios que as várias associações de moradores têm ao seu dispor e o elevado custo desta deslocação. Por estes motivos, submete-se a aprovação a cedência dos dois autocarros para a referida deslocação a Lisboa no dia 24 de janeiro de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO “OS AMIGOS DE URGESES” - PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Em 21 de Junho de 2012 foi celebrado um Protocolo com o Grupo Desporto Recreativo “Os Amigos de Urgeses”, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. No passado dia 18 de dezembro de 2013, o Presidente desta instituição, Albino Sousa Pereira, solicitou à Câmara Municipal uma alteração do objeto deste subsídio de modo a ser aplicado na aquisição de material didático e mobiliário infantil para a creche daquela instituição. Considerando que foi emitida inicialmente o



cabimento n.º 2186/2012, sendo este estornado, dando lugar ao cabimento atual n.º 4404/2012 relativo ao valor total dos subsídios, e considerando que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um segundo aditamento ao atual Protocolo, onde conste: - A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), para a aquisição de material didático e mobiliário infantil para a creche. - A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo mantém-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.” O primeiro aditamento ao protocolo de dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

CULTURA – APOIO À INICIATIVA “CANTAR OS REIS” DO ORFEÃO DE S. TIAGO DE RONFE – Presente a seguinte proposta: “O Orfeão de S. Tiago de Ronfe apresentou em vários pontos do Concelho a sua habitual iniciativa de “cantar os reis”, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, o interesse cultural da iniciativa, que concretiza uma tradição natalícia relevante, proponho que seja atribuído o subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) ao Centro Social e Paroquial de Ronfe, onde se integra o referido Orfeão ao abrigo do n.º 6 do artigo 2º do Regulamento n.º 606/2010, referente à atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

DESPORTO - CLUBE OPERÁRIO DE CAMPELOS – AQUISIÇÃO DE CARRINHA – O Presidente da Câmara informou que a presente proposta iria ser retirada tendo em vista integrar a proposta de atribuição de subsídios às entidades desportivas locais que, oportunamente, será objeto de apreciação e votação em reunião de câmara. -----

DIVERSOS - AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

– Presente a seguinte informação da Diretora do Departamento Financeiro: “Considerando que: 1. Para cumprimento do artigo 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo (no âmbito de contratos com duração limitada ao ano civil), ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos; b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos), o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis; 2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de três meses; 3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de três meses; 4. O n.º 2, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, prevê a possibilidade de aumentar temporariamente os fundos disponíveis com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso; 5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012,



de 21 de fevereiro (LCPA), é competência da Câmara Municipal a autorização do aumento temporário dos fundos disponíveis, através da inclusão de outros montantes nos termos do ponto vii), da alínea f), do artigo 3.º do referido diploma. Nesta conformidade, informo que é necessário proceder ao aumento temporário dos fundos disponíveis para, atendendo aos condicionamentos impostos pela LCPA, habilitar a Autarquia a emitir os compromissos necessários à instrução de vários processos de despesa. Para este efeito, poderá equacionar-se a possibilidade de antecipação das receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a receber em maio de 2014, considerando os valores constantes do mapa seguinte: -----

	2013	2014
	Recebido em maio 2013	Antecipação do IMI de maio de 2014
IMI	6.663.200,75€	6.000.000,00 €

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PÚBLICO – O Presidente da Câmara perguntou ao público presente se queria intervir, tendo-se inscrito um conjunto de cidadãos, cujas intervenções a seguir se enunciam.-----

José Vieira de Oliveira – Disse ter pretendido licenciar, em 1991, um loteamento em Airão Santa Maria, mas não o conseguiu em virtude de a Câmara o ter informado que o terreno não pertencia ao Concelho de Guimarães. Disse ter estranhado pois pagava as contribuições do terreno em Guimarães, para além de a Câmara ali ter feito obras na via pública. Acrescentou que, mais tarde, em 2002, pediu novamente o licenciamento, referindo que os vários vereadores que tinham o pelouro do urbanismo, António Castro e Júlio Mendes, lhe teriam dito que o processo deveria poder ser resolvido, que estava no bom caminho, que os terrenos estavam para construção no âmbito do PDM. Referiu que a

Câmara de Guimarães o informou mais tarde que o terreno afinal pertence ao concelho de Famalicão de acordo com a Carta Administrativa Portuguesa, pelo que não compreendia a situação, solicitando esclarecimentos.-----

Padre João – Disse ser com alegria que acolhia a Câmara neste Salão Paroquial e quis agradecer a comparência dos presentes, bem como registar, com agrado, a sintonia das opiniões políticas no que respeita a esta localidade, terminando solicitando o apoio da Câmara para o Centro Social, designadamente para possibilitar a abertura do Lar do Centro Social. -----

Maria Eduarda – Referiu uma situação junto da sua habitação (rua Agra da Pulé), relativa ao encaminhamento das águas pluviais que inundam a via pública, perguntando para quando estavam previstas as obras. -----

Henrique Barros – referiu a necessidade de beneficiação urgente da EN 206 (entre Silvares e Brito), não só a repavimentação e prevenir a segurança na zona de Oleiros; Referiu, também as vias municipais de Ronfe, onde se registam danos nas estradas provocados pelas intervenções da VIMÁGUA, podendo aproveitar-se as intervenções a realizar para a construção de passeios; Finalmente, referiu a importância da requalificação do Centro Cívico, entendendo que o projeto mencionado pelo Vereador André Coelho Lima deveria ser aproveitado. -----

Luís do Carmo Oliveira – Referiu uma ocorrência recente relativa ao falecimento de um cidadão, que se encontrava aparentemente abandonado, situação que o chocou a si e à comunidade de Ronfe. Perguntou como situações destas ainda ocorrem em localidades desenvolvidas. Na qualidade de diretor da Associação de Agricultores de Ronfe, disse que era importante atender e reconhecer as atividades desenvolvidas, solicitando o



reconhecimento e o apoio da Câmara Municipal. -----

Daniel Rodrigues – Saudou a iniciativa de hoje, dizendo que aproximava a Câmara Municipal da população Ronfense esta dos trabalhos dos eleitos locais, pelo que entendia que a Câmara Municipal estava de parabéns. Agradeceu o convite da Câmara que lhe foi feito como Presidente da Casa do Povo de Ronfe, convidando a Câmara Municipal a estar presente no dia 28 de março próximo, no 80º aniversário da Casa do Povo. Referiu, ainda, as atividades desenvolvidas pela Casa do Povo. -----

Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** Quanto ao processo do loteamento, disse que registava, com satisfação, o enorme interesse manifestado pelo cidadão José Oliveira em pertencer a Guimarães. Contudo, esclareceu que iria analisar o processo para poder dar uma resposta consistente; **b)** Agradeceu, uma vez mais, ao Senhor Padre João, dizendo que, dentro das suas competências, a Câmara Municipal apoiará o Centro Social para entre em funcionamento; **c)** – Informou a cidadã Maria Eduarda de que os serviços do Departamento de Obras Municipais já estavam a tratar dos problemas causados pelas águas pluviais, embora o estejam a fazer de uma forma integrada, ou seja, por todo o território do Concelho; **d)** Sobre as intervenções referidas pelo cidadão Henrique Barros, disse que todas as forças políticas concordavam no sentido de intervir nos centros cívicos de Ronfe. Sobre a via que referiu – concretamente a Estrada Nacional 206 - não era da responsabilidade da Câmara Municipal, pelo que apenas poderia diligenciar um acordo com a entidade responsável, a Estradas de Portugal, sensibilizando-os para a beneficiação desta via. Referiu exemplos em que a Câmara já interveio em parceria com a entidade responsável - Estradas de Portugal - como a via

Guimarães-Brito e a via de Silvares. Sobre as vias municipais danificadas, disse que a Câmara Municipal irá, gradualmente e na medida das suas possibilidades financeiras, intervir no sentido de as beneficiar; **e)** Sobre a intervenção do cidadão Luís do Carmo Oliveira, disse que nem sempre era possível socorrer, com oportunidade, a estas situações, dizendo lamentar profundamente o sucedido. Sobre o apoio solicitado, a Câmara Municipal estará atenta às necessidades da Associação de Agricultores de Ronfe, a quem reconhece o mérito do trabalho desenvolvido; **f)** Finalmente, disse ao Presidente da Casa do Povo de Ronfe que aceitava, com muita honra, em nome da Câmara Municipal, o convite formulado para o aniversário da Casa do Povo, acrescentando que tem todo o interesse em conhecer os projetos pensados por esta instituição para o futuro. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 - O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião descentralizada se realizará na Vila de Caldas das Taipas, no dia 17 de abril de 2014. **2** - O Presidente da Câmara informou que iria, de imediato, proceder à entrega aos Vereadores do estudo elaborado para o Centro Histórico, elaborado pela equipa liderada por Augusto Mateus. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS 13:00 HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----